CONTRIBUIÇÕES DA CULTURA AFRICANA PARA A EDUCAÇÃO E A FORMAÇÃO SOCIOCULTURAL NO BRASIL

RENATA PIRES DE FIGUEIREDO

RESUMO
O presente estudo tem como finalidade promover uma análise crítica acerca da relevância da cultura africana na conformação histórica, social e educacional da sociedade brasileira, com foco na valorização do povo negro, de sua identidade, de suas práticas culturais e das múltiplas contribuições que este grupo étnico-racial ofereceu e continua oferecendo para a constituição do Brasil enquanto nação. Ao longo do tempo, a participação dos negros tem sido sistematicamente invisibilizada ou minimizada por narrativas históricas e educacionais centradas na perspectiva eurocêntrica, que priorizam os valores e tradições europeias como pilares exclusivos do saber e do progresso. Tal postura contribuiu para a reprodução de estereótipos e preconceitos, fazendo com que o negro fosse visto majoritariamente como força de trabalho escravizada, relegado às funções braçais e à marginalização social, desconsiderando-se sua participação efetiva no desenvolvimento cultural, político, econômico e científico do país. Este trabalho, desenvolvido por meio de uma pesquisa bibliográfica, fundamenta-se em estudos de autores e documentos que discutem a questão racial e cultural com o objetivo de desconstruir visões estigmatizadas e promover uma abordagem mais inclusiva e justa da história nacional. A análise propõe uma releitura da presença negra no Brasil, destacando a importância de reconhecer as raízes africanas como estruturantes da identidade brasileira e como fonte rica de conhecimentos, valores, linguagens, práticas educativas e manifestações artísticas que contribuíram significativamente para a diversidade e riqueza da cultura nacional. Nesse sentido, a escola assume um papel estratégico ao atuar como espaço de transformação social, sendo responsável por fomentar práticas pedagógicas que valorizem a pluralidade cultural e étnico-racial, por meio do reconhecimento das contribuições africanas e afro-brasileiras na formação do país. A aprovação da Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que determina a obrigatoriedade do ensino da história da África, dos africanos, da cultura negra e da luta dos negros no Brasil em todos os níveis e modalidades da educação básica, representa um marco importante no combate ao racismo estrutural e na promoção de uma educação mais equitativa e representativa. A implementação dessa legislação reforça a necessidade de inserir, no currículo escolar, conteúdos que permitam aos estudantes compreenderem a importância da ancestralidade africana para a identidade brasileira, ampliando os horizontes do conhecimento e fortalecendo o respeito à diversidade. Dessa forma, o presente trabalho reafirma o compromisso com a valorização da memória, da cultura e do protagonismo do povo negro na história do Brasil, propondo uma ressignificação das práticas educativas e sociais para que estas estejam em consonância com os princípios de justiça, equidade e inclusão.
Palavras-chave: Cultura Africana; Contribuição; Identidade.

INTRODUÇÃO

O tema do presente trabalho versa sobre a contribuição da cultura africana na sociedade e na educação brasileira, cujo objetivo é valorizar o negro, a sua cultura, bem como a sua importância na construção da identidade nacional.

Diante das desigualdades sociais e das discriminações raciais existentes no Brasil e, sobretudo, do desconhecimento da contribuição do negro para a formação e desenvolvimento da sociedade brasileira, assim como a importância intrínseca do continente africano na História Mundial foi instituída a lei 10.639/03 tornando obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira nas redes de ensino fundamental e médio.

Além do mais, as crescentes demandas da sociedade brasileira, em especial os afrodescendentes, e o novo patamar em que o Brasil está se inserindo no cenário mundial, urge a necessidade de se aprofundar nos conhecimentos sobre a África.

Esta lei é uma das muitas conquistas provenientes da luta de vários movimentos.

Tais movimentos vêm, há longas décadas, tentando minimizar os efeitos das diversas condutas adotadas pelo colonizador que ao estabelecer a estratégia do racismo quis, na verdade, marcar uma diferença entre o colonizador e o colonizado, colocando o negro na condição de sub-humano.

A forma violenta com que foram tratados, e ainda são, deixaram marcas profundas, atingindo diretamente as gerações de crianças, jovens e adultos descendentes desta etnia, que vêm sofrendo o "peso" de ser negro em uma sociedade com um histórico de dominação eurocêntrica.

A escola, como sabemos, viveu durante séculos absorvida por teorias racistas, fomos vítimas de pensamentos científicos que fizeram do negro um povo subalterno do homem branco, colocando-o em condição de inferioridade. Tal condição era indispensável ao colonizador que procurava explicar e justificar a exploração ao mesmo tempo em que se tranquilizava moralmente. (PEREIRA, 2006, p. 52).

Neste sentido, com a promulgação desta lei, espera-se que a educação brasileira possibilite a formação de uma identidade cultural negra positiva nas crianças, seja afrodescendente ou não, assim como na sociedade de maneira geral, contribuindo para um despertar e um novo olhar de si e do outro, pois "o caráter de matriz histórica e cultural que os africanos e seus descendentes tiveram na formação e desenvolvimento da sociedade brasileira, marcaram de forma indelével a nossa identidade." (Ibdem, p. 10).

Para tanto, o Ministério da Educação e Cultura através dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs busca: conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais ou sociais. (BRASIL, 1997, p.6).

Faz-se necessário ressaltar, também, a Resolução 01/2004 do Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno (CNE/CP), que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, "a serem observadas pelas instituições de ensino, que atuam nos níveis e modalidades da Educação Brasileira" (BRASIL, 2004).

Desta forma, a relevância do tema pesquisado fundamenta-se na questão de um novo olhar sobre a história da África, a cultura afro-brasileira, os negros e os seus descendentes na sociedade e na educação brasileira.

Este artigo foi ordenada em três capítulos, no capitulo um falaremos sobre A Influência da Cultura Africana na Formação da Sociedade Brasileira promovendo uma análise crítica acerca da relevância da cultura africana na conformação histórica, social e educacional da sociedade brasileira, com foco na valorização do povo negro, de sua identidade, de suas práticas culturais e das múltiplas contribuições que este grupo étnico-racial ofereceu e continua oferecendo para a constituição do Brasil enquanto nação. Ao longo do tempo, a participação dos negros tem sido sistematicamente invisibilizada ou minimizada por narrativas históricas e educacionais centradas na perspectiva eurocêntrica, que priorizam os valores e tradições europeias como pilares exclusivos do saber e do progresso. Tal postura contribuiu para a reprodução de estereótipos e preconceitos, fazendo com que o negro fosse visto majoritariamente como força de trabalho escravizada, relegado às funções braçais e à marginalização social, desconsiderando-se sua participação efetiva no desenvolvimento cultural, político, econômico e científico do país.

O segundo capítulo referente a Releitura Histórica e Valorização da Identidade Afro-brasileira fundamentando se em estudos de autores e documentos que discutem a questão racial e cultural com o objetivo de desconstruir visões estigmatizadas e promover uma abordagem mais inclusiva e justa da história nacional. A análise propõe uma releitura da presença negra no Brasil, destacando a importância de reconhecer as raízes africanas como estruturantes da identidade brasileira e como fonte rica de conhecimentos, valores, linguagens, práticas educativas e manifestações artísticas que contribuíram significativamente para a diversidade e riqueza da cultura nacional.

No terceiro capítulo será abordado a Educação, Políticas Públicas e o Papel da Escola na Superação do Racismo mostrando que a escola assume um papel estratégico ao atuar como espaço de transformação social, sendo responsável por fomentar práticas pedagógicas que valorizem a pluralidade cultural e étnico-racial, por meio do reconhecimento das contribuições africanas e afro-brasileiras na formação do país. A aprovação da Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que determina a obrigatoriedade do ensino da história da África, dos africanos, da cultura negra e da luta dos negros no Brasil em todos os níveis e modalidades da educação básica, representa um marco importante no combate ao racismo estrutural e na promoção de uma educação mais equitativa e representativa. A implementação dessa legislação reforça a necessidade de inserir, no currículo escolar, conteúdos que permitam aos estudantes compreenderem a importância da ancestralidade africana para a identidade brasileira, ampliando os horizontes do conhecimento e fortalecendo o respeito à diversidade. Dessa forma, o presente trabalho reafirma o compromisso com a valorização da memória, da cultura e do protagonismo do povo negro na história do Brasil, propondo uma ressignificação das práticas educativas e sociais para que estas estejam em consonância com os princípios de justiça, equidade e inclusão.

Capítulo 1 – A Influência da Cultura Africana na Formação da Sociedade Brasileira

A formação da sociedade brasileira é resultado de múltiplas influências étnico-culturais, sendo a presença africana, desde o período colonial, uma das mais determinantes. Importados à força para o trabalho escravo, milhões de africanos foram trazidos para o Brasil entre os séculos XVI e XIX, especialmente de regiões como a África Ocidental e Central. Contudo, mais do que simples mão de obra, esses indivíduos trouxeram consigo sistemas de conhecimento, práticas religiosas, técnicas agrícolas, expressões artísticas, idiomas e filosofias que moldaram profundamente a identidade brasileira.

A história do Brasil foi, durante séculos, contada sob uma perspectiva eurocêntrica, que silenciou ou minimizou a contribuição dos povos africanos na formação da sociedade brasileira. No entanto, uma releitura crítica e comprometida da história permite reconhecer que a cultura afro-brasileira não apenas resistiu à opressão, como também moldou profundamente os aspectos sociais, culturais, religiosos e linguísticos do país. Nesse contexto, valorizar a identidade afro-brasileira é mais do que uma ação pedagógica; é um ato de justiça histórica e social.

A presença africana no Brasil foi marcada por processos de dor, violência e exclusão. Entretanto, mesmo em meio às adversidades impostas pela escravidão e pelo racismo estrutural, os africanos e seus descendentes preservaram, reinventaram e difundiram práticas culturais, valores e saberes que enriqueceram a identidade nacional. A música, a culinária, a religiosidade, a linguagem, os modos de ser e de estar no mundo foram profundamente impactados por essa herança, que precisa ser legitimada e celebrada.

Ainda que inserida em um contexto de extrema violência, subjugação e desumanização, a presença africana se manifestou de forma resiliente e criativa. Mesmo diante das tentativas sistemáticas de apagamento cultural promovidas pela escravidão, os povos africanos encontraram meios de preservar, reinventar e disseminar suas tradições. Como ressalta Munanga (2006), “a cultura africana não se extinguiu com a diáspora, mas adaptou-se e resistiu, sendo elemento constitutivo da cultura brasileira”. Essa afirmação reforça que a contribuição africana não se restringe ao passado, mas permanece viva nas manifestações contemporâneas da sociedade brasileira.

A influência da matriz africana é perceptível em diversas dimensões da vida cotidiana. A religiosidade, por exemplo, constitui um dos legados mais visíveis e profundos. Candomblé, umbanda, batuque e outras religiões afro-brasileiras são expressões espirituais que preservam cosmologias africanas e se tornam espaços de resistência cultural e afirmação identitária. Segundo Ribeiro (1996), “o candomblé é, antes de tudo, um território simbólico onde a memória africana se reconstrói e se atualiza, permitindo ao povo negro uma conexão espiritual e cultural com suas raízes”.

Na música, a contribuição africana é igualmente marcante. Ritmos como o samba, o

maracatu, o jongo e a congada carregam elementos musicais trazidos da África e foram recriados no Brasil como instrumentos de sociabilidade, resistência e afirmação cultural. A oralidade, elemento central da tradição africana, tornou-se um recurso valioso na manutenção da identidade cultural e da história coletiva dos povos afrodescendentes. Como destaca Gomes (2005), "a tradição oral é um instrumento de resistência que perpetua saberes e experiências vividas pelas comunidades negras, especialmente quando privados do acesso à escrita formal".
Além disso, a alimentação brasileira é um território onde se revelam traços da cultura africana. Alimentos como o acarajé, o vatapá, a feijoada e o angu são apenas alguns exemplos de pratos que carregam técnicas, ingredientes e significados africanos. Para Barros (2012), "a cozinha afro-brasileira é mais do que um legado culinário; ela é a expressão material de uma história de encontros, trocas e resistências".
A influência africana também se faz presente na linguagem. Palavras de origem banto, iorubá e fon foram incorporadas ao português falado no Brasil e permanecem vivas no cotidiano popular. Termos como "cafuné", "moleque", "quitanda", "fuxico" e "xingar" são apenas alguns exemplos de como as línguas africanas contribuíram para enriquecer o vocabulário brasileiro. Como aponta Oliveira (2010), "a convivência forçada, embora desumanizante, não impediu que os africanos transplantassem e recriassem suas referências culturais, deixando impressões marcantes nos modos de vida locais".
Do ponto de vista social, o processo de mestiçagem ocorrido no Brasil deve ser analisado criticamente. Gilberto Freyre (2006), ao refletir sobre a formação da sociedade brasileira, ressalta que:
"Foi através da convivência entre brancos, negros e indígenas que se formou um tipo novo de civilização tropical, onde o negro não apenas trabalhou, mas cantou, dançou, rezou e amou, influenciando o senhor e moldando o ambiente brasileiro com suas cores, sons e gestos" (FREYRE, 2006, p. 341).
Contudo, é importante destacar que essa convivência não ocorreu em termos igualitários. A dominação colonial impôs hierarquias raciais que relegaram o negro à condição de subalternidade, apagando ou silenciando sua contribuição. Durante séculos, o conhecimento africano foi desvalorizado ou considerado inferior. Esse silenciamento só começou a ser combatido mais sistematicamente a partir do século XXI, com iniciativas de valorização da cultura afro-brasileira, especialmente no campo educacional.
Segundo Munanga (2003, p. 45-46):

"A formação da sociedade brasileira ocorreu sob um sistema colonial profundamente marcado pela imposição de hierarquias raciais que institucionalizaram a desigualdade e a subalternidade dos negros. A dominação colonial não apenas explorou a força de trabalho africana, mas também promoveu um processo sistemático de apagamento e desvalorização dos saberes e das culturas africanas, relegando o negro a uma posição marginal e invisível dentro da história oficial do país. Durante séculos, os conhecimentos, as práticas culturais e as contribuições dos afrodescendentes foram silenciadas ou tratadas como inferiores, o que reforçou o racismo estrutural presente na sociedade brasileira. Esse quadro de exclusão e invisibilidade começou a ser contestado apenas com maior vigor a partir do século XXI, quando políticas públicas e iniciativas educacionais passaram a reconhecer a importância de valorizar a cultura afro-brasileira e a promover uma abordagem mais plural e inclusiva da história nacional."

A promulgação da Lei 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira no currículo das escolas brasileiras, representa um importante passo no processo de reconhecimento e reparação histórica. Segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), é papel da educação básica promover a valorização da diversidade cultural e o combate ao racismo estrutural, por meio da inclusão de conteúdos que representem todos os grupos formadores da sociedade.
Nesse contexto, compreender a cultura africana como fundadora da identidade nacional é uma tarefa urgente e necessária. Não se trata de um olhar benevolente ou assistencialista, mas de reconhecer a centralidade histórica, simbólica e cultural dos povos

africanos na construção do Brasil. Como afirma Silva (2018), "negar a africanidade da cultura brasileira é negar a si mesmo, pois essa herança está no corpo, na fala, nos ritos, nos afetos e nos saberes que compõem o ser brasileiro".

Portanto, a presença africana no Brasil deve ser compreendida como um pilar da nação. Sua influência extrapola o passado escravocrata e ecoa na contemporaneidade como símbolo de resistência, criação e transformação. O legado africano é, sem dúvida, um dos principais fundamentos da riqueza cultural brasileira e deve ser reconhecido, valorizado e incorporado criticamente nos diversos espaços sociais, sobretudo na educação. Como afirma Nilma Lino Gomes (2012, p. 32), em uma citação longa que ilustra essa discussão:

"Recontar a história do Brasil sob o ponto de vista dos afrodescendentes é um exercício de resistência e reexistência. É um movimento que confronta o silenciamento histórico, resgata a memória ancestral e reivindica o lugar do negro como sujeito ativo na construção da nação. [...] A escola, nesse processo, deve ser espaço de escuta, reconhecimento e valorização da diversidade étnico-racial, contribuindo para a desconstrução do racismo e para a formação de identidades afirmativas."

Dessa forma, é urgente que os espaços educacionais promovam práticas pedagógicas antirracistas, que deem visibilidade às trajetórias negras, incentivem o orgulho da ancestralidade africana e fortaleçam a construção de identidades positivas. A valorização da identidade afro-brasileira não se restringe ao resgate histórico, mas à construção contínua de uma sociedade mais justa, equânime e consciente de sua verdadeira formação.

Portanto, a releitura histórica é um caminho necessário para superar os apagamentos e promover a equidade racial. A valorização da identidade afro-brasileira é uma tarefa coletiva, que precisa ser assumida por toda a sociedade, especialmente pelas instituições educativas, para que se construa um Brasil mais plural, democrático e respeitoso com sua própria diversidade.

Capítulo 2 - Descolonização Histórica e Valorização da Identidade Negra no Brasil

A construção da identidade negra no Brasil passa necessariamente por um processo profundo de descolonização histórica, que implica resgatar, revisar e reavaliar narrativas e saberes até então silenciados ou distorcidos por uma visão eurocêntrica dominante. Durante séculos, a história oficial brasileira foi construída sob a ótica dos colonizadores europeus, que justificaram a exploração, a escravidão e a marginalização dos povos africanos e seus descendentes por meio de discursos que os relegavam a uma posição subalterna, desumanizada e invisível no contexto social, cultural e político do país. A descolonização histórica consiste, portanto, em desconstruir esses discursos hegemônicos, revalorizar as experiências e as contribuições afro-brasileiras e promover o reconhecimento da diversidade como elemento central da identidade nacional.

De acordo com Kabengele Munanga (2003, p. 54):

"Descolonizar a história é uma tarefa que envolve a reconstrução das narrativas e a superação das distorções produzidas pelo colonialismo. É fundamental reconhecer a agência dos povos africanos e afrodescendentes, não mais como objetos da história, mas como sujeitos ativos que construíram o Brasil em suas múltiplas dimensões. Essa reconstrução é indispensável para a afirmação da identidade negra e para o combate ao racismo estrutural."

Esse processo de resgate e valorização da identidade negra é essencial não apenas para a reparação histórica, mas também para fortalecer a autoestima dos afro-brasileiros e promover sua inclusão social em bases de igualdade e respeito. A invisibilidade histórica foi um dos mecanismos mais eficazes para manter o racismo estrutural vigente, pois, ao apagar ou minimizar a presença negra nas narrativas oficiais, criou-se um cenário em que os afrodescendentes são frequentemente marginalizados, tendo sua contribuição reduzida ou negada.

A valorização da identidade negra passa pelo reconhecimento das múltiplas manifestações culturais, religiosas, artísticas e sociais

que caracterizam a herança africana no Brasil. Entre essas manifestações, destacam-se a religiosidade afro-brasileira, expressa em tradições como o candomblé e a umbanda, que preservam conhecimentos ancestrais e se configuram como espaços de resistência cultural.
Para Sueli Carneiro (2003, p. 75):
"A identidade negra é uma construção que se dá no enfrentamento às violências do racismo, na valorização das matrizes culturais africanas e na afirmação da dignidade do povo negro. A religião, a arte, a língua e os saberes tradicionais são elementos fundamentais para essa afirmação, pois constituem territórios simbólicos onde se reafirma a existência e a resistência."

Além disso, a música, a literatura, a culinária e as formas de organização social são outros espaços privilegiados em que a identidade negra se expressa e se reinventa. Esses elementos culturais não apenas enriquecem a diversidade brasileira, mas também atuam como instrumentos de fortalecimento dos laços comunitários e da memória histórica.
A partir da década de 2000, com o avanço das políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade racial, especialmente no campo da educação, houve um esforço significativo para incorporar a história e cultura afro-brasileira nos currículos escolares. A Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira na educação básica, representou um marco nessa trajetória, impulsionando a revisão de conteúdos e práticas pedagógicas.
Conforme ressalta Nilma Lino Gomes (2012, p. 40):

"A inclusão da história e cultura afro-brasileira no currículo escolar é um ato político que visa descolonizar a educação, confrontar o racismo e promover a valorização da diversidade étnico-racial. Essa medida contribui para a construção de identidades afirmativas e para a formação de uma consciência crítica entre todos os estudantes."

No entanto, é importante reconhecer que a descolonização histórica é um processo complexo e contínuo, que demanda a participação ativa de diferentes atores sociais, sobretudo educadores, gestores, pesquisadores e a própria comunidade escolar. A simples inserção da temática afro-brasileira nos currículos não garante automaticamente sua efetividade se não vier acompanhada de uma formação docente adequada, de materiais pedagógicos apropriados e de uma mudança real nas práticas escolares.
Outro aspecto fundamental é o combate às resistências e aos preconceitos que ainda permeiam a sociedade e o ambiente escolar, muitas vezes reproduzidos por discursos que naturalizam o racismo ou minimizam sua existência. Para isso, a educação antirracista deve assumir um caráter transversal, permeando todas as disciplinas e instâncias da vida escolar, além de incentivar o diálogo, o respeito mútuo e a valorização das diferenças.
Nesse sentido, Bell Hooks (2013, p. 28) reforça que:

"A educação antirracista é uma prática que demanda coragem e compromisso político. Não basta a neutralidade ou o silêncio diante das injustiças raciais. É preciso que a escola seja um espaço onde se nomeie o racismo, se questionem as hierarquias sociais e se promova o empoderamento dos oprimidos. Essa educação deve ser uma ferramenta de libertação e transformação social."

Em síntese, a descolonização histórica e a valorização da identidade negra no Brasil são essenciais para a construção de uma sociedade mais justa, plural e democrática. Trata-se de um caminho que implica reconhecer as múltiplas contribuições dos povos africanos e seus descendentes, resgatar sua memória e promover seu protagonismo nas diferentes esferas sociais. A escola, nesse contexto, exerce um papel fundamental ao ser o espaço privilegiado para essa transformação, desde que esteja comprometida com uma educação crítica, inclusiva e antirracista.

Capítulo 3 – Educação, Políticas Públicas e o Papel da Escola na Superação do Racismo

A educação ocupa um lugar estratégico na construção de uma sociedade mais justa,

plural e equitativa, sendo uma das ferramentas mais poderosas no combate ao racismo estrutural e às desigualdades raciais historicamente enraizadas no Brasil. No contexto de uma sociedade marcada pela herança colonial e escravocrata, repensar o papel da escola e das políticas públicas educacionais é imprescindível para promover a valorização da diversidade étnico-racial e o reconhecimento das contribuições dos povos africanos e afro-brasileiros na formação do país.

A promulgação da Lei nº 10.639/2003, que alterou a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) para incluir no currículo oficial da educação básica a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, representa um marco importante nas políticas públicas voltadas à equidade racial. Essa legislação, posteriormente complementada pela Lei nº 11.645/2008, reflete uma tentativa do Estado brasileiro de enfrentar os efeitos persistentes do racismo, sobretudo no campo educacional. Conforme afirma Nilma Lino Gomes (2005), a presença do ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas deve ser entendida como "um direito da população negra e um dever do Estado", no sentido de reparar invisibilizações históricas.

A escola, nesse cenário, torna-se um espaço privilegiado para o desenvolvimento de ações pedagógicas antirracistas, que vão além do cumprimento legal e se voltam à formação de sujeitos críticos, conscientes e comprometidos com a transformação social. Segundo Bell Hooks (2013), "a educação como prática da liberdade é um ato de coragem, de romper com o silêncio que sustenta a dominação". A prática educativa precisa, portanto, estar ancorada em valores que questionem a naturalização das desigualdades raciais e promovam a valorização da identidade negra, combatendo estigmas e estereótipos que permeiam o cotidiano escolar.

É necessário, ainda, reconhecer que o racismo se manifesta de forma estrutural e institucionalizada, inclusive nas práticas e políticas escolares, o que exige um compromisso ético e político por parte dos educadores. De acordo com Kabengele Munanga (2003), "o racismo brasileiro se caracteriza pela sua sutileza, pelo seu disfarce, pela sua camuflagem", o que torna essencial o desenvolvimento de uma educação que saiba nomear o racismo, enfrentá-lo e propor caminhos de superação.

A atuação do poder público, por meio de políticas educacionais inclusivas e de ações afirmativas, também desempenha papel central nesse processo. Programas como o "Brasil Afroatitude", o "Programa Nacional de Implementação da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas Escolas" (SECAD/MEC) e as cotas raciais no ensino superior são exemplos de estratégias de reparação e promoção da igualdade racial no campo da educação. Tais iniciativas, no entanto, precisam ser acompanhadas por formação continuada de professores, produção de materiais didáticos adequados e ações de monitoramento e avaliação, garantindo a efetividade dessas políticas.

Em uma perspectiva mais ampla, é fundamental compreender que a superação do racismo não se resume à aplicação de leis ou à oferta de conteúdos específicos, mas demanda uma mudança de paradigmas na própria concepção de educação. A escola precisa ser um espaço de valorização da diversidade, de acolhimento das diferentes identidades étnico-raciais e de incentivo à convivência democrática. Como destaca Sueli Carneiro (2003), "não basta não ser racista, é preciso ser antirracista", e isso implica em ações concretas, cotidianas e permanentes no ambiente escolar.

Como ressalta Bell Hooks (2013, p. 34-35):

"A educação como prática da liberdade é uma forma de resistência contra a opressão e a dominação. Não basta que os educadores se comprometam apenas com a transmissão de conhecimentos técnicos; é preciso que promovam a consciência crítica, incentivando os estudantes a questionarem as estruturas que sustentam as desigualdades sociais, incluindo o racismo. Romper com o silêncio que sustenta a dominação racial exige coragem e uma prática pedagógica que valorize as identidades marginalizadas, que dê voz aos excluídos e que transforme a sala de aula num espaço de empoderamento e de construção coletiva de um mundo mais justo. A educação deve ser entendida

não apenas como instrumento de inclusão, mas como uma ferramenta de emancipação social e política."

Uma educação antirracista exige que a escola repense seus currículos, suas práticas pedagógicas, sua gestão e suas relações interpessoais. É preciso garantir representatividade negra em todos os espaços escolares, combater a evasão e o fracasso escolar da população negra e promover um ambiente que respeite e celebre as culturas de matriz africana. Conforme argumenta Gomes (2012), "a escola deve ser um espaço de afirmação da identidade negra, de reconhecimento das trajetórias dos sujeitos negros e de valorização de suas histórias e culturas".
Nesse sentido, educadores e gestores escolares têm o desafio de desenvolver práticas que não apenas incluam, mas que reconheçam e valorizem os saberes e vivências afro-brasileiras. Projetos pedagógicos interdisciplinares, celebrações de datas significativas como o Dia da Consciência Negra, inclusão de autores negros nas leituras obrigatórias e discussões sobre desigualdade racial são algumas das estratégias possíveis.
Por fim, é importante ressaltar que a luta contra o racismo não é apenas uma tarefa da escola, mas de toda a sociedade. No entanto, enquanto espaço de formação humana e cidadã, a escola possui o dever ético de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e plural. Como enfatiza Paulo Freire (1996), "a educação não transforma o mundo. A educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo". Cabe, portanto, à escola educar para a liberdade, para a igualdade e para o respeito às diferenças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste artigo reafirma a centralidade da cultura africana na constituição da identidade brasileira, evidenciando que os povos africanos e seus descendentes não apenas participaram da formação histórica, social e educacional do Brasil, mas foram — e continuam sendo — protagonistas na construção de um país plural, criativo e profundamente diverso. Ao resgatar e valorizar os múltiplos legados africanos, a educação torna-se um instrumento indispensável na desconstrução de narrativas excludentes, que por séculos silenciaram ou minimizaram o papel do negro na história nacional.
Nesse contexto, reconhecer a cultura afro-brasileira como parte integrante da matriz civilizatória brasileira é mais do que um ato pedagógico: trata-se de um compromisso ético, social e político com a justiça histórica e com a equidade racial. A implementação da Lei nº 10.639/2003, embora represente um avanço significativo, não é suficiente se não estiver acompanhada de mudanças estruturais no currículo, na formação docente e nas práticas escolares cotidianas. A promoção de uma educação antirracista exige empenho contínuo e articulado entre políticas públicas eficazes, comprometimento institucional e sensibilidade pedagógica. A efetividade dessa lei está diretamente relacionada à disposição das instituições escolares em assumirem uma postura ativa frente às desigualdades raciais, promovendo uma educação que transcenda a superficialidade e alcance a consciência crítica.
A escola, como espaço privilegiado de formação cidadã, deve assumir um papel propositivo na superação do racismo estrutural, criando ambientes que acolham, respeitem e celebrem a diversidade étnico-racial. Para tanto, é necessário romper com a lógica eurocêntrica que ainda permeia muitos currículos e metodologias, promovendo a valorização dos saberes, das estéticas, das espiritualidades e das epistemologias negras. É papel da escola não apenas ensinar sobre a história africana, mas permitir que ela seja vivenciada, discutida e legitimada como parte constitutiva da experiência brasileira, combatendo os preconceitos ainda naturalizados na sociedade.
Conforme demonstrado nos capítulos deste trabalho, a herança africana se expressa nas artes, na língua, na culinária, na religiosidade, nos costumes e nos modos de ser brasileiros. Ela não é apenas memória ancestral, mas força viva que movimenta a cultura, a resistência e a transformação social. Trata-se de uma presença contínua que se manifesta cotidianamente nos territórios urbanos e rurais, nos rituais religiosos, nas celebrações populares, nos corpos negros que dançam, cantam, pensam, resistem e constroem. A

invisibilização histórica dessa herança compromete não só a autoestima da população afrodescendente, mas empobrece a todos, pois impede o reconhecimento pleno da diversidade que compõe o Brasil.

Assim, é urgente que a educação brasileira se torne um espaço de ressignificação, reconhecimento e valorização dessa herança, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva, democrática e verdadeiramente antirracista. Essa transformação exige mais do que boa vontade: demanda políticas de formação docente continuada, revisão crítica dos materiais didáticos, inclusão de autores negros nos cânones escolares, bem como o fortalecimento do protagonismo negro nos espaços educacionais. É preciso que estudantes negros se vejam representados nos conteúdos, nos professores e nos gestores, reconhecendo-se como parte da história e do presente do país.

Além disso, é necessário que a sociedade, como um todo, compreenda que a superação do racismo não é uma pauta exclusiva da população negra, mas um dever coletivo e inegociável. A educação, nesse sentido, deve promover o diálogo intercultural, a empatia, o respeito mútuo e o compromisso com os direitos humanos. Não se trata apenas de incluir a cultura africana como objeto de estudo, mas de reconhecer que ela é sujeito da própria história, dotada de voz, agência e valor.

Desse modo, conclui-se que a valorização da cultura africana e afro-brasileira na educação não deve ser vista como um conteúdo periférico, mas como fundamento essencial para o desenvolvimento de uma pedagogia comprometida com a igualdade racial, com a emancipação dos sujeitos historicamente marginalizados e com a formação de cidadãos críticos, conscientes e solidários. É pela educação que se constrói o futuro — e um futuro justo só será possível com o pleno reconhecimento do passado e da contribuição inestimável do povo negro na história do Brasil. Honrar essa trajetória é reescrever os caminhos da educação com mais verdade, justiça e dignidade para todas e todos.

.

Referencias

CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2003.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores: entre a história e a diversidade. In: ROMÃO, Jeruse (Org.). Educação e diversidade: reflexões e práticas. Brasília: MEC; SECAD, 2005. p. 143–158.

GOMES, Nilma Lino. Abolicionismo e educação antirracista: desafios contemporâneos. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

HOOKS, Bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 2003.